

VIII Simpósio Nacional de História Cultural  
**MEMÓRIA INDIVIDUAL, MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRIA  
CULTURAL**

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Araguaína - TO

14 a 18 de Novembro de 2016

**AS AMEAÇAS DA MINERAÇÃO E A RESISTÊNCIA CULTURAL DA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DA PEDRA, ARRAIAS-TO**

Wolfgang Teske\*

**INTRODUÇÃO**

Ao abordar um tema que envolve a mineração é necessário ter um olhar amplo e abrangente sobre o sistema econômico que move empresas multi e transnacionais a investirem e atuarem com tanta força, instalando suas empresas em várias partes do mundo. É necessário, também, por sua vez, sabermos fazer uma leitura de seus propósitos, amplamente divulgados em suas plataformas próprias de comunicação e ancorados numa ampla rede de comunicação externa, nas quais se pautam no desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

É importante considerar que as empresas e corporações transnacionais têm seus interesses ancorados no atual sistema econômico, que move as economias e políticas internacionais. Por esta razão, se faz necessário entender este cenário, e fazê-lo à luz de pensadores, pesquisadores e analistas de renome e reconhecimento internacional.

---

\* Doutorando em Ciências do Ambiente no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins, na linha de pesquisa Natureza, Cultura e Sociedade. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo; Mestre em Ciências do Ambiente/Cultura e Meio Ambiente pela UFT. Professor do Curso de Jornalismo da UFT.

O sociólogo Boaventura de Souza Santos<sup>1</sup>, conhecido mundialmente, e principalmente no Brasil, pelo seu posicionamento sobre a globalização, tanto no aspecto teórico como histórico, tem abordado constantemente temas sobre as desigualdades sociais e questões a respeito dos direitos humanos e tratando dos problemas profundos e cruciais que afetam toda a humanidade. Ao fazer uma análise da atual conjuntura econômica mundial assevera que não podemos afirmar com certeza para onde estamos indo, além de colocar em dúvida se estamos de fato em um sistema democrático (SANTOS, 2015).

É inegável que existe um modelo de desenvolvimento sendo imposto às sociedades atuais, pautado pela economia, e que tem sido gerador de conflitos, miséria, desequilíbrios e demonstra ser de caráter planetário de devastação socioambiental, onde a natureza está sendo gradativamente transformada em uma mercadoria. A devastação de nosso planeta é uma realidade e o aquecimento global já não é mais uma fantasia alimentada por ambientalistas, pesquisadores e pensadores que, há anos, de forma isolada ou mesmo grupos e organizações, têm levantado a bandeira da preservação e do cuidado que se deve ter com o meio ambiente (TESKE, 2011).

Ao analisarmos que está havendo uma deterioração ambiental no processo de mudança global, recorreremos ao engenheiro químico e economista mexicano Enrique Leff<sup>2</sup>, que afirma haver o que denomina de “degradação ambiental” (LEFF, 2007, p. 56). Para este autor, considerado um dos principais intelectuais latino-americanos no âmbito da problemática ambiental, de posição teórica-marxista, a origem desta degradação ambiental está em duas vertentes: no crescimento e na globalização da economia.

Segundo afirma Leff (2007), a realidade atual está marcada por uma degradação das bases da sustentabilidade ecológica do processo econômico e a define como uma “[...] crise de civilização que questiona a racionalidade do sistema social, os valores, os modos de produção e os conhecimentos que os sustentam” (LEFF, 2007, p. 56). Ao discorrer sobre este tema, alega haver um desequilíbrio em todo o ecossistema do planeta Terra e,

<sup>1</sup> Professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e diretor do Centro de Estudos Sociais e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

<sup>2</sup> Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Sorbonne (1975), professor de Ecologia Política e Políticas Ambientais na Pós-Graduação da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e, desde 1986, coordenador da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Conhecido no Brasil como professor do Curso de Pós-graduação no Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

por consequência é causador de uma instabilidade global. Segundo ele, a natureza está sendo coisificada, e é taxativo ao asseverar que:

A superexploração dos ecossistemas, que os processos produtivos mantinham sob silêncio, desencadeou uma força destrutiva que em seus efeitos sinérgicos e acumulativos gera as mudanças globais que ameaçam a estabilidade e sustentabilidade do Planeta: a destruição da biodiversidade, a rarefação da camada estratosférica de ozônio, o aquecimento global. O impacto dessas mudanças ambientais na ordem ecológica e social do mundo ameaça a economia como um câncer generalizado e incontrolável (LEFF, 2007, 56).

Nesta mesma linha de pensamento encontramos o teólogo, filósofo, escritor, ecologista e professor emérito de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Genézio Darci Boff, internacionalmente conhecido pelo pseudônimo Leonardo Boff<sup>3</sup>. Em sua obra *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra* (2008) destaca que o mundo que habitamos está indo em direção ao caos. Essa situação é resultado de um comportamento do ser humano que, através da implantação de um sistema no mundo, não para de investir na devastação de todo o planeta. Os recursos naturais estão sendo usados de forma acelerada, trazendo consequências previsíveis e imprevisíveis, entre estas, a mais grave de todas é a aniquilação da espécie humana e de muitas outras espécies que habitam o planeta (BOFF, 2008).

Da mesma forma, o escritor austríaco, físico teórico de sistemas, Fritjov Capra<sup>4</sup>, vem desenvolvendo um trabalho na promoção da educação ecológica, e faz comparações entre o pensamento cartesiano, considerando-o como reducionista, a um novo e emergente paradigma científico, surgido durante o século XX, holista ou sistêmico, no qual o mundo deve ser considerado como um todo, indissociável. Dessa forma, o método de estudo das partes não permite conhecer o funcionamento do organismo, o que faz com que o todo deve ser estudado de forma integrada entre a medicina, a biologia, a psicologia e a economia. Ao descrever sobre a Ecologia Profunda, este pesquisador baseado em ampla documentação a respeito da extensão e da importância dos problemas globais,

<sup>3</sup> O seu trabalho como escritor, consultor e integrante do grupo de reforma da ONU, especialmente quanto à Declaração Universal do Bem Comum da Terra e da Humanidade, está pautado às questões ambientais.

<sup>4</sup> Diretor fundador do Centro de Eco-alfabetização de Berkeley, na Califórnia, EUA. Autor de diversas obras: *O Tao da Física* (1975); *O Ponto de Mutação* (1982); *Sabedoria Incomum* (1988); *Pertencendo ao Universo* (1991); *A Teia da Vida* (1996); *As Conexões Ocultas – Ciência para uma Vida Sustentável* (2002); *A Ciência de Leonardo da Vinci* (2007).



afirmou: “Defrontamo-nos com toda uma série de problemas globais que estão danificando a biosfera e a vida humana de uma maneira alarmante, e que pode logo se tornar irreversível” (CAPRA, 2006, p. 23).

Os autores referenciados até o momento deixam claro que há efetivamente um macro modelo de desenvolvimento em voga, e que provoca prejuízos e degradação ambiental global. Por esta razão, adotamos nesta pesquisa, como categoria de análise o conceito de injustiça ambiental. Este termo tem origem a partir de um documento de circulação interna do Banco Mundial, em 1991, conhecido como Memorando Summers, e que acabou vazando para o público através de uma reportagem publicada pela revista *The Economist*, com o título *Let them eat pollution*, que traduzido não deixa dúvida das reais intenções do seu conteúdo, ou seja: Deixe-os comer a poluição. O teor do Memorando Summers, após sua publicação, causou repercussões negativas à instituição financeira. Na obra intitulada *O que é justiça ambiental*, do economista Henri Acselrad e demais autores, há um relato sobre o autor do memorando, elaborado pelo economista chefe Lawrence Summers, no qual faz questionamentos e recomendações ao Banco Mundial se este não deveria “[...] estimular a migração das indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos, visto que os custos nestes países são mais baixos em todos os sentidos” (ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia C.A. e BEZERRA, Gustavo N., 2009, p. 09).

Sobre o conceito de injustiça ambiental os autores afirmam o seguinte:

Para designar este fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental. Como contraponto, cunhou-se a noção de justiça ambiental para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais (ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia C.A. e BEZERRA, Gustavo N., 2009, p. 09).

Este modelo de desenvolvimento em curso no mundo capitalista gera um crescimento econômico, em tese, para alguns poucos e, em contrapartida, inúmeros impactos negativos para boa parte da sociedade, principalmente para os povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas, camponesas, pescadores e ainda poderíamos arrolar os migrantes, trabalhadores pobres entre muitos outros, em suma, um modelo que impõe uma "naturalização implícita de inferioridade" conforme afirmam Acselrad;

Mello; Bezerra, (2009, p. 20). Segundo estes autores, este cenário caracterizado pela injustiça ambiental, pode ser compreendido como uma "[...] imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais" (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 09).

Estes cenários de injustiça ambiental podem ser percebidos facilmente, pois fica evidenciada a ausência de equidade do processo produtivo. Neste modelo de desenvolvimento atual, as populações que integram as classes mais vulneráveis, se constituem nas que são beneficiados em menor escala, as que menos consomem, entretanto são "[...] as que mais diretamente suportam as externalidades negativas do processo produtivo. A lógica econômica dominante ignora por completo a ideia de equidade na repartição de tais externalidades" (RAMMÊ, 2011, p. 37-38).

O teólogo e filósofo Leonardo Boff, define o atual modelo de desenvolvimento como uma verdadeira catástrofe, pois em vez de harmonia entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento econômico, baseado no desenvolvimento técnico, este "[...] trouxe a insustentabilidade para 2/3 da humanidade" (BOFF, 2005, p. 50). Quando o autor fala em caos e insustentabilidade quer dizer que há antagonismos, exploração do trabalho e que o resultado do desenvolvimento proposto consiste "[...] numa dinâmica econômica que marginaliza as grandes maiorias e expulsa de seu seio altas porcentagens da população. Esses agrupamentos são de excluídos que, no Brasil, chegam a mais de 30 milhões" (BOFF, 2005, p. 51). Na sequência, ainda afirma: "Campeia, pois, injustiça societária em nível mundial" (BOFF, 2005, p. 51). Ao detalhar ainda mais a sua linha de pensamento afirma que Marx, ao escrever o seu livro O Capital, tinha razão ao dizer que "[...] o modo de produção capitalista acabaria destruindo as próprias fontes de sua riqueza, o ser humano e a natureza" (BOFF, 2005, p. 51).

Isto posto, será possível analisar o cenário da Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra, Arraias-TO, que está inserida neste contexto mundial e sendo impactada com inúmeras mudanças nos últimos dez anos, desde o seu reconhecimento e certificada como quilombola.

### **COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DA PEDRA, ARRAIAS-TO**

A Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra ocupa uma área total de 80 alqueires e está localizada no sudeste do estado do Tocantins, a 34 quilômetros da sede do município de Arraias, e a 450 km de Palmas, capital do Estado. É formada por 34 famílias,

totalizando 157 pessoas. Foi a primeira das atuais 43 comunidades do Tocantins a obter a Certidão de Autorreconhecimento como quilombola, no dia 25 de agosto de 2004, pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura. Sua origem data de 1853.

A origem desta comunidade quilombola é bastante antiga e remonta ao século XVIII, quando negros escravizados foram trazidos até a região do norte de Goiás a serviço da corte portuguesa com o propósito da prática mineradora em busca do ouro. Este processo de escravidão foi traumático, “[...] pois quebrava todas as estruturas sociais dos cativos e, a partir daí, tinham que se reorganizar em termos de convivência e a se adaptarem a uma nova realidade, totalmente diferente da qual estavam acostumados em seus lugares de origem” (TESKE, 2011, p. 58).

Segundo Teske (2011), nessa nova situação, se estabelecia uma tensão constante entre os “senhores infalíveis” de um lado e dos escravos com submissão total do outro. Aos negros escravizados era exigido que cumprissem três coisas básicas: humildade, obediência e fidelidade aos seus senhores, ou proprietários. Entretanto, apesar dos senhores usarem as estratégias da submissão, não conseguiam impedir diversos tipos de resistência coletiva sob o jugo da escravidão. E, a partir disto começa a formação de quilombos que ocorreu em todos os lugares onde havia a prática da escravidão. Os quilombos eram agrupamentos, alguns pequenos e outros grandes, que se formavam de escravos fugitivos, por todo o Brasil, e que não seguiam um mesmo padrão, pois se diferenciavam em tamanho e nas suas características devido à sua localização. “[...] o quilombo deve ser compreendido como um fenômeno próprio e específico da luta de classes sob o escravismo” (MAESTRI, 1988, p. 127).

Segundo Teske (2011), a mineração em Arraias, é intensificada a partir de 1740, e o trabalho exigido dos negros ia ao extremo e limites de suas forças. Toda esta situação penosa fez com que muitos negros escravizados se aquilombassem, conforme consta em vários documentos da época. Muitos quilombos sequer eram localizados, pois os negros se refugiavam em locais de difícil acesso. De certa forma este isolamento, por um lado permitiu a sobrevivência destas comunidades, mas, por outro, fez com que fossem reconhecidos em seus direitos apenas no presente século.

A Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra, apesar de sofrer toda sorte de preconceito e discriminação, principalmente, até a data de seu autorreconhecimento, demonstrou ser detentora de uma riqueza imaterial inestimável, devido a sua tradição oral. Pois conseguiu preservar em seu meio tradições que a mantem unida e, ao mesmo tempo,



vivencia as suas festas e manifestações culturais de forma a envolver a sociedade circundante, demonstrando a sua força e identidade cultural.

Entre as diversas manifestações culturais, algumas com características bem peculiares, destacam-se a Roda de São Gonçalo. A Roda de São Gonçalo é uma manifestação cultural e religiosa que remonta ao século XVII, e teve início na cidade de Amarante, em Portugal, com Frei Gonçalo. Na Lagoa da Pedra, ocorre somente como pagamento de promessa e ainda é realizada da mesma forma como herdaram de seus antepassados há 200 anos (TESKE, 2009).

O detalhamento desta manifestação cultural está registrada no livro *A Roda de São Gonçalo na Comunidade Quilombola da Lagoa da Pedra de Arraias-TO: um estudo de caso de processo folkcomunicação*, da Editora Kelps. Esta obra é resultado da primeira pesquisa que realizei nesta comunidade. No mestrado tive a oportunidade de dar continuidade nas pesquisas e pude acompanhar outras manifestações culturais e religiosas desta comunidade, tais como: 1) Novenas de maio e de junho, denominadas de Doce Coração de Maria ou Festa dos Solteiros e Sagrado Coração de Jesus ou Festa dos Casados; 2) Folia do Divino Sagrado Coração de Jesus, com uma abordagem da origem histórica dessa manifestação cultural, a sua dinâmica ou a forma como ocorre o giro da folia na comunidade e os seus mitos; 3) As fogueiras de São João e de São Pedro, descrevendo a origem dessas festas e como, a comunidade quilombola ressignificou essas manifestações destacando o aspecto de um espaço de sociabilidade, e de sagrado, especialmente, no momento em que podem ser realizados casamentos e batizados no fogo da fogueira de São João; 4) O imaginário e o espírito dos mortos, que sem dúvida traz revelações bem peculiares da comunidade quilombola e descrevo o rito de passagem do espírito dos mortos e como estes, por sua vez, lidam e se relacionam com os vivos; 5) São Bom Jesus da Lapa e Nossa Senhora D'Abadia, manifestação cultural que ocorre dentro de uma caverna denominada Furna do Bom Jesus, apresentando os aspectos místicos e míticos desse evento bem peculiar (TESKE, 2011). Tudo isto está descrito e sistematizado no livro *Cultura Quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias, TO*, obra publicada pela Editora do Senado Federal.

Além destas manifestações culturais ainda há a Festa de Reis, a Festa do Judas, as particularidades da Sexta-feira Santa entre outras.

Nos últimos doze anos, desde o reconhecimento como comunidade quilombola, como já exposto anteriormente, ocorreram muitas mudanças positivas nesta comunidade,

tais como: a titulação das terras de forma individual; possibilidade de financiamento pelo Pronaf/Governo Federal; aposentadoria para os idosos; organização e participação em diversos eventos; promoção de Feiras de Agricultura Familiar com apoio dos governos municipal, estadual e federal; instalação de rede de energia elétrica, através do Programa Luz para Todos; implantação de um sistema de saneamento básico para todas as residências; instalação de um telefone público, orelhão via satélite; atualmente instalação de uma antena da operadora Claro, o que possibilita a comunicação e acesso a Internet; transporte coletivo três vezes/semana; transporte escolar rural; implantação de uma horta circular, com o auxílio do Ruraltins, Órgão do estado de apoio à agricultura familiar; receberam uma doação a fundo perdido de um trator agrícola, através da Fundação Banco do Brasil, entre outros benefícios.

Entretanto, a partir de 2010, novas mudanças começam a ocorrer e que, de certa forma se tornam ameaças à sobrevivência cultural desta comunidade. A instalação de uma grande indústria de mineração na região. A Itafós Mineração Ltda. é uma subsidiária da *MbAC Fertilizer Corporation*, empresa canadense e importante produtora integrada dos fertilizantes de fosfato e potássio nos mercados brasileiro e latino-americano. A exploração desta empresa está focada no Brasil, e anunciou em junho de 2013, o início da produção de super fosfato simples (SSP) no projeto Itafós, localizado no Tocantins (*MBAC FERTILIZER, Press Releases*, 28 de junho de 2013). A jornalista Carine Ferreira, descreveu no *Valor Econômico*<sup>5</sup>, a importância, em seus vários aspectos, deste empreendimento tanto para o Brasil como para a América Latina: “A produção é considerada pela companhia um marco importante em um momento de transição para o desenvolvimento da produção integrada de fertilizantes nos mercados do Brasil e da América Latina” (FERREIRA, 2013).

Os investimentos que seriam feitos na região, vinham sendo anunciados, anteriormente à data do início da autorização de funcionamento, por toda a imprensa do Tocantins e pelo governo sempre assegurando que haveria grande desenvolvimento para a região e para o Estado, conforme demonstra uma matéria publicada no *Portal de Notícias Conexão Tocantins*<sup>6</sup>,

<sup>5</sup> Reportagem publicada no *Valor Econômico*, no dia 11 de julho de 2013. MBAC anuncia início da produção de fosfato no projeto Itafós.

<sup>6</sup> Notícia publicada no dia 09 de janeiro de 2012. Governador assina Termo de Uso para consolidação da Itafós no Tocantins. Editado pela Redação do portal de notícias.



O investimento da empresa, segundo o vice Presidente, será acima de R\$400 milhões, com geração de 500 empregos diretos, todos da região de Arraias, e 300 indiretos. Três projetos considerados de suma importância já estão sendo executados pela empresa desde o ano passado: o de Qualificação de Pessoas, que proporciona formação a mão de obra; outro de Desenvolvimento de Fornecedores, que prepara o empresariado do Município para atendimento da Itafós e o de Desenvolvimento Ambiental que envolve, além de funcionários, várias comunidades (CONEXÃO TOCANTINS, 2012, p. 01).

Além disso, conforme publicado pelo Governo do Estado do Tocantins<sup>7</sup>, o governador do Tocantins, na época, ao conceder a licença de operação à empresa *MBAC Fertilizer*, assinou vários decretos autorizando diversas obras, tais como: a construção de um aeroporto internacional, asfaltamento de rodovias ligando toda a região sudeste, investimentos de infraestrutura na sede do município entre muitas outras (TOCANTINS, 2012, p. 01).

Entretanto, apesar das notícias a respeito dos decretos assinados pelo governo estadual com as promessas de que a empresa Itafós Mineração Ltda., subsidiária da *Mbac Fertilizer Corporation* seriam responsáveis pelo progresso da região, ancoradas em um desenvolvimento sustentável, em nenhum momento sequer, nestes anúncios, foram detalhadas quais as ações que seriam executadas em relação à proteção e promoção do patrimônio material e imaterial desta região histórica<sup>8</sup>, afetada diretamente, na área de abrangência da mineração. É importante ressaltar que já houve intervenção do Ministério Público Federal<sup>9</sup>, por ocasião da implantação do projeto de mineração, pela inobservância de alguns aspectos que tratam do patrimônio da região (MPF, 2010, p. 01).

Toda esta nova situação que envolve a Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra será o foco da pesquisa de doutoramento que estou realizando. A mineração só poderá ser considerada uma atividade sustentável se as empresas responsáveis por este tipo de indústria tiverem uma perspectiva focada nas futuras gerações, e um dos instrumentos

<sup>7</sup> Notícia publicada no site do Estado do Tocantins, pela SECOM, no dia 31 de julho de 2012. Governador assina autorização para obras em Arraias.

<sup>8</sup> Chapada dos Negros, local de mineração aurífera no séc. XVIII; três sítios arqueológicos - Sítio arqueológico Lagoa da Pedra I, II, III (TESKE, p. 96-98, 2011); quatro comunidades quilombolas – Lagoa da Pedra, Kalunga do Mimoso, Fazenda Lagoa dos Patos e Cágados; a Caverna Forna do Bom Jesus; o Centro Histórico de Arraias; as diversas manifestações culturais de cunho religioso e/ou popular.

<sup>9</sup> Noticiado no site oficial do MPF. Reunião debate interferência de mineradoras em território quilombola em Arraias. Publicado no dia 05 de maio de 2010.

legais para beneficiar as comunidades locais é a aplicação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, que passa a ser uma importante parcela das rendas provenientes da mineração e destinadas ao município onde ocorre a exploração mineral. O CFEM foi criado pela lei nº 7.990/89<sup>10</sup>, que regulamentou o artigo 20 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1989). Este é um recurso que, se for distribuído de forma equitativa assumirá um papel essencial nas propostas de desenvolvimento sustentável dos municípios e, principalmente, como é o caso de Arraias-TO, onde estão localizadas comunidades quilombolas, consideradas muito deprimidas socioeconomicamente.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo caráter inédito desta pesquisa, na forma como está proposta, será uma contribuição no sentido de ampliar com conhecimento sistematizado a se entender a relação entre a empresa mineradora com as comunidades quilombolas, no que tange a um desenvolvimento sustentável numa perspectiva folkcomunicação. Como objetivo principal desta pesquisa está a verificar como se operam os intercâmbios folkcomunicacionais das comunidades quilombolas de Arraias-TO, e suas práticas de resistência cultural, preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, diante da exploração da indústria mineradora.

Uma das ferramentas teórico-metodológica a ser utilizada nesta pesquisa é a Folkcomunicação. Luiz Beltrão, autor desta teoria, traz algo novo na construção do saber científico e que ao longo dos anos foi sendo adaptada, sem perda de sua essência, aos modernos processos Folkmediáticos, conforme artigo publicado: Teoria da Folkcomunicação: da origem aos processos folkmediáticos (TESKE In: MARQUES DE MELO; FERNANDES, 2013, p. 673-691). Para Beltrão, uma boa pesquisa seja sociocultural, institucional, ou linguística, destacando as de caráter semiológico,

[...] no campo do folclore, da cultura popular ou da nova cultura de massa, constituirá, sem dúvida, importante elemento para aquele passo adiante que é a descoberta, pelo analista, do significado, intrínseco e atual do pensamento do indivíduo ou do grupo marginalizado, expresso na mensagem ou no discurso aparente acomodado à tradição (BELTRÃO, In: MARQUES DE MELO, 1983, p. 75).

<sup>10</sup> LEI Nº 7.790, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.

Na defesa de sua tese, na UnB, em 1967, Beltrão defendeu e definiu a Folkcomunicação “[...] como o conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, ideias, opiniões e atitudes dos públicos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e meios direta ou indiretamente ligados ao folclore” (BELTRÃO, 1980, p. 24).

Ao ter a Folkcomunicação como uma das bases teóricas nesta pesquisa, não se pretende apenas descrever o patrimônio cultural material e imaterial da comunidade quilombola, mas principalmente compreender e verificar se este patrimônio foi impactado com a injustiça ambiental, ou ter sofrido algum apartheid ambiental, de alguma forma, conforme conceitos apresentados anteriormente e como os sujeitos quilombolas estão reagindo diante da ação da indústria mineradora.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro. Garamound, 2009.

BELTRÃO, Luiz. A pesquisa sobre Folkcomunicação. In: MELO, José Marques de (org.). **Pesquisa em Comunicação no Brasil: Tendências e Perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra**. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ética da Vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a cultura emergente**. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CONEXÃO TOCANTINS. **Governador assina Termo de Uso para consolidação da Itafós no Tocantins**. Redação do site de notícias *Conexão Tocantins*. Palmas, 09 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2012/01/09/governador-assina-termo-de-uso-para-consolidacao-da-itafos-no-tocantins>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

FERREIRA, Carine. MBAC anuncia início da produção de fostafto no projeto Itafós. **Valor Econômico**. Publicado no dia 11 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3195230/mbac-anuncia-inicio-da-producao-de-fosfato-no-projeto-itafos>>. Acesso em: 18 jan. 2016.



LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MAESTRI, Mário. **A servidão negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Reunião debate interferência de mineradoras em território quilombola em Arraias**. Palmas: Procuradoria da República do Tocantins, 05 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.prto.mpf.mp.br/news/reuniao-debate-interferencia-de-mineradoras-em-territorio-quilombola-em-arraias>>. Acesso em 14 jan. 2016.

RAMMÊ, Rogério Santos. Justiça ambiental na era do hiperconsumo: um desafio para o estado socioambiental de direito. **Revista Paradigma**. nº 19, 2010, 12p. Universidade de Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/paradigma/article/view/63/76>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crise Global Contemporânea. Debatedores Boaventura de Sousa Santos e Fábio Konder Comparato. Debate na Escola de Governo de São Paulo, no dia 28 de outubro de 2015. **Youtube**. 2:24:00. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p6a-Su-aUiI>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

TESKE, Wolfgang. Teoria da Folkcomunicação: da origem aos processos Folkmediáticos segundo Wolfgang Teske. p. 673-691. In: MELO, José Marques de; FERNANDES, Guilherme Moreira (Orgs). **Metamorfose da Folkcomunicação: antologia brasileira**. São Paulo: Editae Cultural, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cultura Quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias-TO**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Roda de São Gonçalo na Comunidade Quilombola da Lagoa da Pedra, Arraias-TO: um estudo de caso de processo folkcomunicacional**. 3.ed. Goiânia: Kelps, 2009.

TOCANTINS. Secretaria de Comunicação. **Governador assina autorização para obras em Arraias**. Publicado no dia 31 de julho de 2012. <<http://secom.to.gov.br/noticia/82821/#sthash.zAAC64tG.dpuf>>. Acesso em: 4 fev. 2016.